Órgão : Quarta Turma Cível
Classe : AGI – Agravo de Instrumento
Nº. Processo : 2005.00.2.003035-1
Agravante : Brasiliense Futebol Clube S/C Ltda.
Agravado : José Carlos Ferreira de Almeida
Relator Des. : ANGELO CANDUCCI PASSARELI

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. NOMEAÇÃO DE BENS INEFICAZ. PENHORA DE RENDA DE BILHETERIA DE JOGOS. VIABILIDADE.

Justifica-se a penhora de renda de bilheteria quando o Devedor não faz nomeação apta na oportunidade própria.

Importância a ser penhorada que não inviabiliza o funcionamento da entidade esportiva.

Agravo de Instrumento desprovido.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores da **Quarta Turma Cível** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ANGELO CANDUCCI PASSARELI - Relator, CRUZ MACEDO e HUMBERTO ADJUTO ULHÔA - Vogais, sob a presidência do Desembargador HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, em **CONHECER. NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília-DF, 27 de outubro de 2005.

Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa
Presidente

Desembargador Angelo Canducci Passareli
Relator

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por **BRASILIENSE FUTEBOL CLUBE S/C LTDA.** contra o ato judicial encontrado por cópia à fl. 182, da lavra do MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, nos autos da Execução de Sentença, Feito nº 2003.07.1.009355-0, que se encontra textualmente assim redigido:

“Defiro a penhora da renda dos próximos jogos da parte executada, até o limite do débito. Considerando, porém, que apenas parte do valor arrecadado na bilheteria dos jogos é revertida em favor da parte executada e, ainda, a dificuldade em se efetivar a penhora no local do jogo, intime-se a Federação Metropolitana de Futebol (endereço à fl. 151) para que deposite em conta à disposição deste Juízo os valores que a executada terá direito sobre a renda dos próximos jogos, até o limite do débito, na forma do art. 671, inc. I, do Código de Processo Civil. Intime-se o devedor para os fins legais, inclusive dando-lhe conhecimento desta decisão. Feita a penhora, observe-se o disposto no art. 673, do mesmo diploma legal.”

Alega a Agravante, em síntese, que a r. decisão agravada merece ser reformada, tendo em vista que ofereceu bens à penhora na forma e tempo devidos em valor superior ao **quantum** executado, sendo absolutamente desproporcional o pedido deferido de penhora da renda dos próximos jogos da Executada/Agravante, sem sequer o Credor/Agravado ter, comprovadamente, esgotado os meios de localização de outros bens disponíveis à penhora.

Aduz, ademais, que o juiz monocrático proferiu decisão **extra petita** na medida em que o Exeqüente/Agravado requereu a

penhora dos jogos realizados no 30º Campeonato Brasiliense, conforme tabela constante de fl. 147, tendo o MM. Julgador deferido a penhora dos próximos jogos da Agravante, desconsiderando o rito da administração previsto no artigo 678 do Código de Processo Civil.

Salienta que no caso vertente, tem-se, de modo claro, que o que há de mais valioso para uma sociedade esportiva de futebol, que tenta às duras penas manter um time de apenas quatro anos de existência, é exatamente a renda proveniente dos jogos em que participa, e, assim, a r. decisão recorrida contraria o ordenamento jurídico vigente, ao ignorar o princípio inserto no art. 620 do Código de Processo Civil, já que os bens indicados à penhora garantiriam com facilidade a dívida exequenda, ainda que no valor cobrado, salientando que a satisfação apressada do crédito pretendida pelo Agravado fere os princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da execução pelo modo menos gravoso ao devedor.

Acrescenta que a penhora da renda diária da Agravante inviabiliza o funcionamento da mesma, a qual não terá mais condições para cumprir com os seus compromissos comerciais perante seus credores, sendo, portanto, um verdadeiro absurdo.

Finaliza pugnando pelo conhecimento e provimento do Agravo de Instrumento, com o deferimento do pedido de efeito suspensivo, para que seja revogada a decisão hostilizada, no sentido de serem aceitos os bens indicados à penhora, ou, caso contrário, seja reaberto prazo para oferecimento de outro bem capaz de satisfazer o débito perseguido, determinando-se o recolhimento do mandado de penhora até decisão final do presente recurso, em consideração às fartas razões apresentadas. Alternativamente, caso o entendimento seja no sentido da manutenção da r. decisão vergastada, requer que a penhora recaia apenas sobre a renda dos jogos realizados pertencentes à tabela oficial do 30º Campeonato Brasiliense, após a data da decisão que deferiu a penhora, nos moldes da petição de fls. 151/152.

Colaciona jurisprudência em defesa de sua tese.

Juntou os documentos de fls. 21/185.

Preparo efetuado à fl. 30.

O Agravo foi recebido sem efeito suspensivo; foram solicitadas as informações e determinada a intimação do Agravado para os fins previstos no art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil (fls. 188/189).

Às fls. 194/198, a Agravante pede a reconsideração parcial da decisão proferida por este Relator às fls. 188/189, não havendo sido atendida (fl. 252).

Em contra-razões, o Agravado argúi, preliminarmente, o não-conhecimento do recurso, ao argumento de que as cópias que o instrui não foram autenticadas pela Agravante, contrariando o disposto no artigo 384 do CPC.

No mérito, refuta as razões recursais, propugnando pelo improvimento do Agravo (fls. 204/208).

As informações foram prestadas às fls. 248/250, esclarecendo que a parte executada, citada em processo de execução de sentença para pagamento do débito no valor de R\$ 17.430,99 (dezessete mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e nove centavos), nomeou à penhora 01 (um) aparelho de ar condicionado, marca Carrier e 01 (uma) máquina copiadora marca Xerox, afirmando serem suficientes para garantir a execução. Acrescentou, que intimada para atender o disposto no art. 655, § 1º, inciso II, do CPC, a Devedora/Agravante não esboçou qualquer manifestação no prazo legal, tendo, então, a parte credora, solicitado a penhora da receita líquida a ser recebida pela ora Agravante em razão dos jogos pelo Campeonato Brasiliense de Futebol; sobrevindo, desta forma, a decisão reproduzida por cópia à fl. 182, a qual foi mantida pelos seus próprios fundamentos.

Salientou, por último, que a Agravante cumpriu o disposto no art. 526 do CPC.

É o Relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador ANGELO CANDUCCI PASSARELI - Relator

Senhor Presidente, a invocação do disposto no artigo 384 do Código de Processo Civil não guarda pertinência com a formação do instrumento do recurso de Agravo, que se rege por norma específica, conforme deflui do disposto no artigo 544, § 1º, daquele Diploma Instrumental.

Inexistindo impugnação concreta sobre algum defeito eventualmente existente, é de ser tido como regular o instrumento, pelo que rejeito a preliminar esgrimida pelo Agravado e conheço do recurso, pois se fazem presentes todos os pressupostos de admissibilidade.

Não merece, contudo, provimento a irresignação do Devedor.

Após haver nomeado à penhora bens móveis, o Devedor deixou de esclarecer o estado de conservação dos mesmos e indicar o lugar em que se encontravam, descumprindo o disposto no artigo 655, § 1º, inciso II, do CPC, pelo que o MM. Juiz de Direito concedeu ao Credor a faculdade de indicar bens do Devedor à penhora.

Outra não poderia ser a providência adotada pelo MM. Juiz de Direito, à vista do disposto no artigo 656, inciso VI, daquele Diploma Instrumental.

Dessa inércia do Devedor, resultou a decisão de fazer-se a penhora da renda auferida pelo Devedor em suas apresentações, até o limite de R\$ 17.430,99 (dezessete mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e nove centavos).

Trata-se de execução fundada em título executivo judicial formado em decorrência do não-pagamento de aluguéis de imóvel destinado à moradia de atletas contratados pelo clube de futebol, conforme esclarece o Agravado em suas razões.

O caso dos autos não se subsume a hipótese de penhora de estabelecimento comercial e nem revela potencialidade de impedir que as atividades do Devedor sejam interrompidas.

Com essas considerações, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.

O Senhor Desembargador CRUZ MACEDO - Vogal

Com o Relator.

O Senhor Desembargador HUMBERTO ADJUTO ULHÔA - Presidente e Vogal

Com o Relator.

DECISÃO

Conhecido. Negou-se provimento ao recurso.

Unânime.